

Movimento de direitos humanos reclama de escuta telefônica

Porto Alegre — O grampeamento e a escuta telefônica continuam na nova república, conforme denúncia do fundador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, Jair Krischke, que, irônico, reclama contra o desleixo dos autores do **grampo** no telefone da entidade, que deixam a extensão clandestina ligada mesmo depois de terminada a conversação, o que eleva, ao fim do mês, a conta telefônica.

Krischke observa que “o **grampeamento** fere o direito constitucional do sigilo das comunicações”, e que “os **grampeadores** deveriam ser mais atentos e também melhorar e modernizar os equipamentos de escuta, que interferem

nas nossas ligações, como um freqüente chiado de gravador, ou de conversas ao fundo”.

Representação

Em dezembro do ano passado, o Movimento requereu na 1ª Delegacia de Polícia a investigação do caso. O delegado Hugo Amorim diz ter enviado ofício ao Instituto de Criminalística da Polícia Civil, para que tentasse descobrir se, como e onde o telefone do Movimento de Justiça e Direitos Humanos estava **grampeado**. “Eles me responderam que não estão preparados para fazer essa perícia e detectar **grampeamentos**”, justificou Amorim.

O delegado explicou também que oficiou à Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) pedindo para fazer a dupla desconexão do aparelho da entidade — situada num prédio na Rua Andrade Neves —, e “com isso grampear o telefone para saber se estava grampeado”. Mas ainda não recebeu resposta da CRT.

Jair Krischke disse ter notado o aumento da conta telefônica que normalmente era de Cr\$ 200 mil e passou a Cr\$ 500 mil/600 mil e chegou agora a Cr\$ 2 milhões, parte do qual atribui à grampeação.